

A dívida e o FMI

Em sua reunião do próximo dia 9 em Washington, o Fundo Monetário Internacional deverá manifestar-se favoravelmente ao Plano de Controle Econômico elaborado pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira. E esta, pelo menos, a expectativa gerada pelo relatório do órgão sobre a economia brasileira, já entregue ao Governo, no qual indica uma soma apreciável de virtudes e grande potencial estabilizador.

Esse pronunciamento sobre as contas nacionais e as possíveis evoluções do sistema econômico deverá abrir significativa área de solidariedade ao Brasil junto aos credores internacionais, principalmente se for confirmada a boa vontade do FMI na referenciada reunião de Washington. Parece bastante desejável que assim ocorra, tanto porque o Brasil não cultiva qualquer ressentimento com esse organismo internacional, embora recuse sua doutrinação recessionista, quanto em razão da disposição governamental de encontrar uma solução adequada para esse problema, no mais curto prazo possível.

Mas, desde logo, a banca internacional deve ficar advertida para o fato de que o Brasil não aceitará imposições desmedidas, como, por exemplo, a cobrança de taxas de risco e cronogramas de pagamento que signifiquem o exaurimento das receitas cambiais. Em diversas e reiteradas ocasiões, o Governo brasileiro fez chegar ao conhecimento dos interessados que só uma parte dos saldos em divisas, gerados pela balança comercial, será destinada ao pagamento de juros e resgate da dívida. Não se trata de exercer um direito unilateral, até por-

que não é pretensão do Brasil que as reservas alocadas à dívida sejam insignificantes, mas, apenas, ajustadas à sua capacidade de amortizá-la.

As demais parcelas da receita cambial deverão ser aplicadas nos programas internos de desenvolvimento, cuja execução depende de importação de matérias-primas, bens de capital e tecnologias de ponta. Quanto a esse aspecto, sempre será conveniente lembrar que o giro financeiro privilegiará as grandes potências industrializadas, de onde procedem os itens importados. E são justamente essas nações as maiores credoras do Brasil, o que importa dizer: a amortização, na forma preconizada pelo Governo brasileiro, atende a todos os interesses em jogo e não causa danos aos demais parceiros internacionais.

O importante é que o País possa manter taxas razoáveis de desenvolvimento, tanto para assegurar padrão razoável de sobrevivência às suas populações, quanto para garantir fluxos crescentes de renda no rumo da amortização da dívida. As receitas monetaristas do Fundo não se ajustam a essas necessidades, se bem que poderão encurtar os caminhos da estabilidade. Mas não adianta erguer um paraíso sobre um cemitério, para usar de uma metáfora perfeitamente ajustada ao caso, tantas são as consequências nefastas das políticas ortodoxas do FMI. O exemplo do México aí está como uma advertência.

Assim, o Plano de Controle Macroeconômico considerado razoável pelo FMI estabelece metas muito precisas para o crescimento nacional. Até 1990, espera-se

que o País cresça entre cinco a sete por cento ao ano, não só para absorver o impacto econômico das taxas de expansão demográfica, atualmente em torno de 2,5 por cento ao ano, como para fazer aumentar o bolo da renda nacional e, nesse passo, permitir uma distribuição socialmente mais justa da riqueza.

Essas perspectivas se apresentam mais lisonjeiras na medida em que o programa de controle da inflação demonstra sua viabilidade. O atual Governo pratica uma espécie de política econômica muito próxima das idéias revolucionárias de Keynes, no que diz respeito a uma moderada — mas, indispensável — intervenção do Estado no domínio econômico para conter os preços e evitar demandas exageradas. Não se trata de nenhum atentado aos princípios da livre concorrência e da economia de mercado, mas de acionamento de instrumentos em caráter transitório para demolir certos obstáculos no caminho da estabilização.

Em relação aos credores internacionais, essas diretrizes conjunturais não devem causar qualquer receio de mudanças no sistema capitalista. Após o histórico crack, ao qual se seguiu dramático período de depressão, os Estados Unidos, reduto da opinião capitalista mundial, recorreram ao congelamento de preços para viabilizar a estabilização, por sinal com pleno êxito. Não é outra coisa o que o Brasil persegue, nestas horas que antecedem o seu diálogo com os credores, em busca de um acordo racional e honesto para o problema da dívida externa.